

Demonstrações Contábeis acompanhadas do  
Relatório dos Auditores Independentes

**AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

Em 31 de dezembro de 2015

**AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**  
**Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

**ÍNDICE**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Administradores e Conselheiros da

**AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo**

São Paulo - SP

### **Introdução**

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo (“Entidade”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

2. A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

- 4 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) , combinadas com aspectos contábeis específicos contidos na ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

## Ênfases

### Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas

5. Em 27 de outubro de 2015, emitimos originalmente nosso relatório dos auditores contendo opinião sem modificação. Conforme descrito na nota explicativa nº 2f, estas demonstrações contábeis foram ajustadas para refletirem a reclassificação de determinadas rubricas do balanço patrimonial, visando uma melhor apresentação e comparabilidade das referidas demonstrações contábeis. Como parte de nossa auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 auditamos, essas reclassificações e concluímos que são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data a nossa opinião, substituindo o relatório anteriormente emitido.

São Paulo, SP, 07 de julho de 2016.

**GF AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC 2SP 025248/O-6**



**Vlademir Ortiz Pereira**  
**Contador**  
**CRC 1SP 210264/O-1**

## AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (Reapresentado)		<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (Reapresentado)
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.681.215	1.872.430	Fornecedores		1.787	2.170
Contas a receber	6	162.891	29.590	Subvenções a realizar	8	492.848	348.646
Outros créditos		2.679	5.456	Obrigações trabalhistas	9	52.337	38.006
Despesas do exercício seguinte		3.434	3.082	Obrigações tributárias		2.833	2.285
		<b>1.850.219</b>	<b>1.910.558</b>	Outros passivos	10	190.098	165.293
<b>Não circulante</b>						<b>739.903</b>	<b>556.400</b>
Imobilizado	7	20.520	29.092	<b>Não circulante</b>			
		<b>20.520</b>	<b>29.092</b>	Subvenções a realizar	8	-	174.323
						-	<b>174.323</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio Social	12	1.130.836	1.208.927
						<b>1.130.836</b>	<b>1.208.927</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.870.739</b>	<b>1.939.650</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.870.739</b>	<b>1.939.650</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (Reapresentado)
<b>Receitas operacionais</b>			
Receita de prestação de serviços		222.158	175.152
Contribuições e doações		146.709	154.370
Contribuições e doações - Casa de Apoio		43.980	47.050
Capacitar para curar		30.121	-
Renúncia fiscal	17	16.782	15.308
Trabalho voluntariado		98.773	31.016
<b>Total de receitas operacionais</b>	<b>13</b>	<b>558.523</b>	<b>422.896</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>(-) Custos operacionais</b>			
. Custos assistência social matriz		(160.452)	(218.060)
. Custos assistência social casa do apoio		(142.951)	(125.625)
. Capacitar para curar		(30.389)	-
. Trabalho voluntariado		(98.773)	(31.016)
<b>Custos operacionais</b>	<b>14</b>	<b>(432.565)</b>	<b>(374.701)</b>
<b>(-) Despesas operacionais</b>			
. Despesas administrativas	15	(313.932)	(200.423)
. Despesas tributárias		(46.262)	(25.573)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(360.194)</b>	<b>(225.996)</b>
<b>Total de custos e despesas operacionais</b>		<b>(792.759)</b>	<b>(600.697)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		162.279	118.380
Despesas financeiras		(6.134)	(6.077)
	16	<b>156.145</b>	<b>112.303</b>
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(78.091)</b>	<b>(65.498)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit / Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	1.166.350	108.075	1.274.425
Incorporação ao patrimônio social	108.075	(108.075)	-
Déficit do exercício (reapresentado)	-	(65.498)	(65.498)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)</b>	<b><u>1.274.425</u></b>	<b><u>(65.498)</u></b>	<b><u>1.208.927</u></b>
Incorporação ao patrimônio social	(65.498)	65.498	-
Déficit do exercício		(78.091)	(78.091)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b><u>1.208.927</u></b>	<b><u>(78.091)</u></b>	<b><u>1.130.836</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Déficit do exercício	(78.091)	(65.498)
<b>Itens que não afetam o caixa:</b>		
(+) Depreciação e amortização	7.728	13.797
(+) Valor residual de bens baixados	844	-
	<b>(69.519)</b>	<b>(51.701)</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos em</b>		
Contas a receber	(133.301)	(15.492)
Outros créditos	2.777	9.000
Despesas do exercício seguinte	(352)	(2.698)
<b>Aumento/(redução) nos passivos em</b>		
Fornecedores	(383)	1.083
Subvenções a realizar	(30.121)	522.969
Obrigações tributárias	548	142
Obrigações trabalhistas	14.331	16.439
Outros passivos	24.805	158.383
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<b>(191.215)</b>	<b>638.125</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
(-) Aquisições de ativo imobilizado	-	(9.893)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(9.893)</b>
<b>(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(191.215)</b>	<b>628.232</b>
No início do exercício	1.872.430	1.244.198
No final do exercício	1.681.215	1.872.430
<b>(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(191.215)</b>	<b>628.232</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**31 de dezembro de 2015 e de 2014**

(Em Reais)

#### **1. Informações gerais**

A AMEO – Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo ("**AMEO**"), constituída em 10 de junho de 2003 sob a forma de Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Dona Veridiana, nº 410 - sala 32 – Vila Buarque – São Paulo – SP; certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 17 de agosto de 2005, mantendo até a presente data a qualificação de OSCIP. A AMEO tem como finalidade promover gratuitamente a saúde, consoante inciso IV do artigo 3º da Lei nº 9.790/99, especialmente quanto ao incentivo e divulgação da doação voluntária da medula óssea como gesto espontâneo de responsabilidade social e, neste sentido:

- a) Planejar, organizar, implementar e divulgar campanhas educativas sobre doação de medula óssea em empresas públicas e privadas, sindicatos, escolas, universidades e em qualquer organização da sociedade civil, visando, criar a consciência do humanitarismo e da responsabilidade social do ato;
- b) Estimular o poder público municipal, estadual a investir, permanentemente em programas de comunicação social que visem incentivar a população a se cadastrar como doadora de medula óssea;
- c) Manter intercâmbio com os hemocentros e associações de doadores de medula óssea de outras cidades, estados e países;
- d) Estimular os doadores e pacientes de outras regiões do Brasil a organizarem-se em associações similares a esta;
- e) Promover a melhoria da assistência, conhecimento e acompanhamento dos pacientes que buscam diagnósticos, tratamento e recuperação das doenças hematológicas;
- f) Organizar a coleta e o processamento das doações de medula óssea no Hemocentro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ou colaborar no encaminhamento para outros locais no caso de ausência desta;
- g) Pleitear junto aos órgãos provimento do material necessário à realização dos exames de histocompatibilidade, para garantir o aproveitamento de todas as amostras coletadas;
- h) Manter intercâmbio com o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), no intuito de agilizar o registro dos doadores voluntários e dos pacientes;
- i) Auxiliar o programa de transplante de medula óssea por meio da efetiva sincronização entre hemocentros, laboratórios de histocompatibilidade, registro de doadores e centros de transplantes.

## 1.1 Desenvolvimento das atividades

Em função da situação econômica / financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a qual a Associação recebe, por meio de convênio, uma parcela significativa de sua receita, a Administração da Associação vem trabalhando no plano de ação que mitigue o risco de continuidade operacional, caso haja um cancelamento do referido “Convênio”, ou até mesmo, não recebimento dos repasses em longa data.

Esse cenário nos fez revisar toda nossa estrutura de despesas, o que nos levou a acelerar um profundo corte de gastos, revisão de processos e reestruturações internas. Além disso a Administração da Associação vem buscando novas captações de recursos através do:

- **PRONON:** inscrição de novos projetos que permitam a captação de recursos através de doações que permitam ao doador deduzir os valores de seu imposto de renda;
- **Nota Fiscal Paulista:** Dando continuidade ao planejado em 2015, foi finalizado o processo de cadastro e iniciou a distribuição de urnas, captação de notas e digitação dos comprovantes. A digitação de notas fiscais do primeiro semestre de 2016 foi encerrada e aguardamos a apuração dos valores para disponibilização dos recursos na conta da **AMEO**. O valor revertido para a instituição é de até 20% do ICMS pago, além dos sorteios que correspondem a 1 bilhete a cada R\$100,00 em notas inseridas no sistema.
- **FUMCAD:** Dando continuidade ao programado em 2015, foi efetuada a entrega dos documentos do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e Adolescente). Com a aprovação a **AMEO** se habilita em receber recursos oriundos de renúncia fiscal para execução de projetos no âmbito do Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FUMCAD.

Acreditamos que as ações em curso aumentarão o grau de sustentabilidade econômica, e viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital, por meio das economias obtidas nas revisões de processos e da sinergia resultante da integração das áreas.

A crise pela qual a Santa Casa e o Brasil passam, podem sim impactar em diminuição temporária do número de pacientes atendido, a quantidade de cestas básicas distribuídas, e outros benefícios, mas a **AMEO** está tomando todas as atitudes para manter os benéficos mais fundamentais operando.

A Associação continuará mantendo altos padrões de governança corporativa, compromisso com a ética, alto padrão de qualidade de seus serviços e processos, com o objetivo de fortalecer sempre mais a parceria com nossos pacientes.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 - “Entidades sem Finalidade de Lucros”, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a **Associação** atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da **Associação**, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

## d) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## e) Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2016.

## f) Reapresentações das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis referente ao exercício de 2014, as quais foram originalmente emitidas em 27 de outubro de 2015 e atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a administração da **AMEO** decidiu reapresentá-las procedendo a ajustes relativos à identificação de erros de exercício anteriores. Os efeitos dessas correções no balanço e demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	<b>Nota</b>	<b>2014 Saldo original</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>2014 Saldo reapresentado</b>
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
<b>Circulante</b>		<b>1.910.558</b>		<b>1.910.558</b>
<b>Não circulante</b>				
Imobilizado	(a)	36.825	(7.733)	29.092
		<b>36.825</b>	<b>(7.733)</b>	<b>29.092</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.947.383</b>	<b>(7.733)</b>	<b>1.939.650</b>

	Nota	2014 Saldo original	Reclassificações	2014 Saldo reapresentado
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores		2.170		2.170
Subvenções a realizar		348.646		348.646
Obrigações trabalhistas		38.006		38.006
Obrigações tributárias		2.285		2.285
Outros passivos	(b)	165.925	(632)	165.293
		<b>557.032</b>	<b>(632)</b>	<b>556.400</b>
<b>Não circulante</b>		<b>174.323</b>		<b>174.323</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.216.028</b>	<b>(7.101)</b>	<b>1.208.927</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.947.383</b>	<b>(7.733)</b>	<b>1.939.650</b>

	Nota	2014 Saldo original	Reclassificações	2014 Saldo reapresentado
<b>Receitas operacionais</b>				
Receita de prestação de serviços		175.152		175.152
Contribuições e doações		154.370		154.370
Contribuições e doações - Casa de Apoio		47.050		47.050
Renúncia fiscal	(c)	-	15.308	15.308
Trabalho voluntariado		31.016		31.016
<b>Total de receitas operacionais</b>		<b>407.588</b>	<b>15.308</b>	<b>422.896</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>				
<b>(-) Custos operacionais</b>		<b>(374.701)</b>		<b>(374.701)</b>
<b>(-) Despesas operacionais</b>				
. Despesas administrativas	(d)	(193.322)	(7.101)	(200.423)
. Despesas tributárias	(c)	(10.265)	(15.308)	(25.573)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(203.587)</b>	<b>(22.409)</b>	<b>(225.996)</b>
<b>Total de custos e despesas operacionais</b>		<b>(578.288)</b>	<b>(22.409)</b>	<b>(600.697)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>112.303</b>	<b>-</b>	<b>112.303</b>
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(58.397)</b>	<b>(7.101)</b>	<b>(65.498)</b>

(a) O valor de **R\$ 7.733** se refere a depreciação do item Benfeitorias em imóveis de terceiros, não efetuada anteriormente e que foi regularizado no exercício de 2015. Este valor foi registrado em contrapartida da conta Despesas Administrativas, no Resultado do exercício de 2014.

(b) O valor de **R\$ 632** se refere a doações a devolver para o *Credit Suisse Hedging-Griffo*, que foi regularizado no exercício de 2015. Este valor foi registrado em contrapartida da conta Despesas Administrativas, no Resultado do exercício de 2014.

(c) O valor de **R\$ 15.308** se refere ao registrado em Receita Operacional e Despesa Operacional do valor referente a Renúncia Fiscal.

(d) O valor de **R\$ 7.101** se refere a contrapartida dos ajustes nas rubricas de Benfeitorias em imóveis de terceiro e de doações a devolver.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

#### a) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma Entidade e a um passivo financeiro em outra Entidade.

##### i) Reconhecimento de ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

##### ii) Classificação e mensuração

A **Associação** classifica seus ativos e passivos financeiros como “instrumentos financeiros básicos”, em conformidade com a Seção 11 contida na Norma Brasileira de Contabilidade aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). A Associação não possui operações financeiras que não fossem enquadradas como “instrumentos financeiros básicos”.

Desta forma, seus ativos financeiros estão classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”. Esta classificação compreende os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São mantidos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da **Associação** compreendem os saldos de (i) Caixa e equivalentes de caixa; (ii) Contas a receber e (iii) Outros créditos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação) e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e as variações desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros básicos não derivativos são representados principalmente por: (i) Fornecedores; (ii) Obrigações trabalhistas; (iii) Obrigações tributárias (iv) Subvenções a realizar e (v) Outros passivos, são classificados como outros passivos financeiros.

A Associação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que foram originados e baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, se aplicável.

### **iii) Operações de instrumentos financeiros derivativos**

A Associação não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação durante os exercícios de 2015 e 2014.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários mantidos em conta-corrente e aplicação financeira. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **c) Contas a receber**

Correspondem aos valores a receber da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo no decurso normal das atividades da Associação. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, conforme regime de competência na data do balanço. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, se necessária.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa não foi constituída pelo fato da Administração acreditar que não haverá eventuais perdas na realização das contas a receber.

### **d) Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo foram incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

#### **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando necessário.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- |                                       |         |
|---------------------------------------|---------|
| • Móveis e utensílios                 | 10 anos |
| • Máquinas e equipamentos             | 10 anos |
| • Benfeitoria em imóveis de terceiros | 5 anos  |
| • Equipamentos de computação          | 5 anos  |

#### **e) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **f) Subvenções a realizar**

As subvenções a realizar são valores obtidos por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor do projeto correspondente.

#### **g) Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a **Associação** tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **h) Patrimônio líquido**

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição, sendo empregado integralmente nos objetivos sociais da Associação conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

#### **i) Apuração do déficit / superávit**

De acordo com o parágrafo 15 da Interpretação Técnica ITG 2002, o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit ou parte dele que tenha alguma restrição em sua destinação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

No caso da Associação, o déficit será integralmente incorporado ao Patrimônio social após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

#### **j) Receitas**

As receitas da Associação são provenientes de doações de pessoas físicas e jurídica e também do Convênio nº 01/2008 mantido com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

#### **k) Despesas**

As despesas da Associação são comprovadas por meio de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

## **l) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros em aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

## **m) Apuração do resultado**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

## **n) Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)**

A Associação não possui operações de arrendamento mercantil financeiro. Os arrendamentos se referem à imóveis destinados para a realização de suas operações e foram classificados como arrendamento operacional, sendo os correspondentes valores reconhecidos no resultado.

## **o) Demonstração de resultados abrangentes**

Não houve transações no patrimônio social que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o déficit do exercício é igual ao resultado abrangente.

## **p) Imunidade e isenção tributária**

A Associação goza de imunidade de Imposto de Renda (IRPJ), isenção da Contribuição Social sobre o superávit e COFINS sobre a receita por se tratar de Entidade sem fins lucrativos.

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

A Associação está exposta aos seguintes riscos financeiros: riscos de crédito e de liquidez.

#### **(a) Risco de crédito**

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados, o que é de baixo risco pois os principais recursos da Associação provêm de doações e do convênio. O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha

#### **(b) Risco de liquidez**

É o risco de a Associação não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.



A Associação realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar os riscos de liquidez. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

#### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da **Associação** ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Caixa</b>		
Fundo fixo de caixa	1.032	756
	<b>1.032</b>	<b>756</b>
<b>Banco conta movimento</b>		
Banco do Brasil S/A	156.000	156.000
Banco Itaú S/A	160	185
Banco Santander S/A	10	2
Banco do Brasil S/A	-	522.970
	<b>156.170</b>	<b>679.157</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
Banco Santander S/A - CDB/RDB	938.039	1.162.159
Banco do Brasil S/A - C/C 9694	549.819	-
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1 Auto +	36.155	30.358
	<b>1.524.013</b>	<b>1.192.517</b>
	<b>1.681.215</b>	<b>1.872.430</b>

#### Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras incluem rendimentos auferidos *pró-rata temporis* até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado ou de realização, não havendo prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, representados por:

#### Certificados de Depósitos Bancários - CDB's

Aplicações realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) junto a instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais de variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

#### Fundos de renda fixa

Recursos aplicados em fundos de investimentos financeiros lastreados em títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

## 6 Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cientes a receber - Convênios	162.891	29.590
	<b><u>162.891</u></b>	<b><u>29.590</u></b>

### Convênios

A AMEO em 19 de dezembro de 2008 firmou convênio com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com vigência inicial de dois anos, sendo prorrogado por prazo indeterminado se nenhuma das partes solicitar sua rescisão. O presente convênio tem por objeto a parceria da "Irmandade" com a AMEO para a terceirização da captação de doadores, digitação e disponibilização dos dados obtidos no cadastramento de doadores de medula óssea no formato disponibilizado pela Irmandade. A captação de doadores é realizada de acordo com as diretrizes das portarias MS nº 1.313 e 1.314 de 20 de novembro de 2000. O faturamento da AMEO para a Irmandade ocorre de acordo com a quantidade de doadores cadastros.

Devido a situação financeira da Irmandade Santa Casa, no exercício não houve pagamento das notas fiscais emitidas pela Associação. No entanto, a administração acredita que não haverá eventuais perdas na realização das contas a receber, não constituindo efetuando a estimada de perda em créditos de liquidação duvidosa.

### Ônus reais/garantias prestadas

A Associação não possuía quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos correspondentes valores em aberto.

## 7 Imobilizado

	% Depreciação	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	ao ano	(Reapresentado)	
<b>Imobilizado</b>			
Máquinas e equipamentos	10%	1.816	1.816
Móveis e utensílios	10%	19.151	20.550
Equipamentos de computação	20%	15.623	15.623
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20.592	20.592
		<b><u>57.182</u></b>	<b><u>58.581</u></b>
(-) Depreciação acumulada		<u>(36.662)</u>	<u>(29.489)</u>
		<b><u>20.520</u></b>	<b><u>29.092</u></b>

O ativo imobilizado é representado pelos bens destinados à manutenção das atividades da Associação e estão registrados ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota nº 3d.

A movimentação ocorrida no exercício está a seguir demonstrada:

	<b>Saldo 31/12/14</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo 31/12/15</b>
	(Reapresentado)			
<b><u>Custo Total</u></b>				
Máquinas e equipamentos	1.816			1.816
Móveis e utensílios	20.550		(1.399)	19.151
Equipamentos de computação	15.623			15.623
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.592			20.592
	<b>58.581</b>	<b>-</b>	<b>(1.399)</b>	<b>57.182</b>
<b><u>Depreciação acumulada</u></b>				
Máquinas e equipamentos	(1.273)	(182)		(1.455)
Móveis e utensílios	(5.083)	(1.917)	555	(6.445)
Equipamentos de computação	(5.690)	(2.479)		(8.169)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(17.443)	(3.150)		(20.593)
	<b>(29.489)</b>	<b>(7.728)</b>	<b>555</b>	<b>(36.662)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>29.092</b>	<b>(7.728)</b>	<b>(844)</b>	<b>20.520</b>

As adições à depreciação acumulada foram registradas integralmente no resultado, na conta "Despesas gerais e administrativas".

### **Bens oferecidos em garantia**

A Associação não possui bens oferecidos em garantia ou quaisquer ônus/restrições à plena utilização dos bens do ativo imobilizado.

### **8 Subvenções a realizar**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Subvenções a realizar	492.848	522.969
	<b>492.848</b>	<b>522.969</b>
<b>Circulante</b>	492.848	348.646
<b>Não circulante</b>	-	174.323
	<b>492.848</b>	<b>522.969</b>

Com a publicação da Portaria nº 1.550, de 29 de julho de 2014, definindo os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), a Associação, através da inscrição SIPAR nº 25000.159.952/2014-73, inscreveu o projeto "Capacitar para Curar", com o objetivo de criação de um portal de informações multimídia sobre cuidados pré e pós transplante para pacientes de transplante de medula óssea e também com o objetivo realizar capacitação de profissionais de Casas de Apoio para uso do material.

O projeto Capacitar para Curar foi aprovado e autorizado para captar recursos por meio da Portaria de Autorização nº 1.078 de 26 de novembro de 2014, no montante total captado de R\$ 522.969. O valor foi totalmente captado no final de dezembro de 2014, sendo registrado como subvenções a realizar.

## 9 Obrigações trabalhistas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários a pagar	16.089	11.486
Provisão de férias e encargos sociais	25.694	20.118
INSS a recolher	6.049	3.651
FGTS a recolher	2.379	1.731
IRRF s/ folha de pagamento	1334	744
13º salário a pagar	407	-
PIS s/ folha de pagamento	385	276
	<u><b>52.337</b></u>	<u><b>38.006</b></u>

Os saldos se referem, principalmente, a folha de pagamento, provisão de férias e aos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento apurados no mês de dezembro 2015.

## 10 Outros passivos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
Receitas a devolver - Projeto Casa de Apoio	156.000	156.000
Serviços a pagar	29.657	5.335
Aluguel a pagar	3.216	2.979
Outras contas a pagar	722	547
Seguros a pagar	503	432
	<u><b>190.098</b></u>	<u><b>165.293</b></u>

### Receitas a devolver – Projeto Casa de Apoio

Assim como o projeto Capacitar para Curar, a Associação também inscreveu no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), o Projeto Casa de Apoio da AMEO - Casinha, que foi aprovado pela Portaria de Autorização nº 1.065, de 21 de novembro de 2014. No entanto, o projeto não atingiu o valor total a ser captado e por essa razão, o projeto não terá continuidade e os valores recebidos até dezembro de 2014 serão devolvidos.

## 11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Associação no exercício de 2015 não possui passivos contingentes e ativos contingentes em andamento com probabilidade de perda provável.

## 12 Patrimônio Líquido

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
Patrimônio social	1.130.836	1.208.927
	<u><u>1.130.836</u></u>	<u><u>1.208.927</u></u>

### Patrimônio Social

No estatuto social consta que o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Com base na Lei 9.718/98, as Entidades sem fins lucrativos para se manterem imunes do pagamento de Imposto de Renda e isentas da Contribuição Social devem destinar integralmente seus superávits à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

### Déficit do exercício

O déficit do exercício do exercício de 2015 no montante de (R\$ 78.091) será incorporado à conta patrimônio social no patrimônio líquido, após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

### 13 Receita Líquida de serviços

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Prestação de serviços	254.185	200.402
(-) Deduções de receitas de serviços	(32.027)	(25.250)
	<u><b>222.158</b></u>	<u><b>175.152</b></u>
<b>Cotribuições e doações</b>		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	86.459	76.080
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	60.250	66.566
.Doações pessoas jurídicas - com restrição	-	11.424
.Eventos	-	300
	<u><b>146.709</b></u>	<u><b>154.370</b></u>
<b>Cotribuições e doações Casa de Apoio</b>		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	11.322	12.882
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	14.400	11.574
.Venda de produtos bazar	14.018	20.220
.Festa junina	4.240	2.374
	<u><b>43.980</b></u>	<u><b>47.050</b></u>
<b>Demais receitas</b>		
Capacitar para Curar - Ministério da Saúde	30.121	-
Trabalho voluntariado	98.773	31.016
Outras receitas	16.782	15.308
	<u><b>145.676</b></u>	<u><b>46.324</b></u>
	<u><u><b>558.523</b></u></u>	<u><u><b>422.896</b></u></u>

#### Trabalho voluntário

Baseado na Interpretação Técnica ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo correspondente ao valor da prestação de serviços como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Administração com base no estudo realizado pela ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (<http://www.abong.org.br/final/download/pesquisarremuneracao.pdf>), atualizado com o dissídio coletivo da categoria e considerou os períodos disponibilizados pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal à **AMEO**

Desta forma, baseado em valores de remuneração de mercado, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os montantes de **R\$ 98.773** e **R\$ 31.016**, respectivamente. A contrapartida foi registrada em "Custos operacionais".

## 14 Custos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Custos com assistência social Matriz</b>		
Serviços de terceiros - PJ	(100.624)	(154.282)
Aluguel e condomínio	(24.351)	(24.049)
Campanhas	(12.410)	(11.207)
Serviços de terceiros - PF	(1.253)	(5.801)
Viagens e estadias	(2.061)	(5.052)
Telefone / Internet	(4.293)	(4.665)
Material auxiliar de consumo	(8.194)	(4.191)
Outros	(7.266)	(8.813)
	<u><b>(160.452)</b></u>	<u><b>(218.060)</b></u>
<b>Custos com assistência social Casa de Apoio</b>		
Salários, benefícios e encargos sociais	(99.955)	(81.281)
Aluguel e condomínio	(21.530)	(20.650)
Telefone / Internet	(3.739)	(3.151)
Serviços de terceiros - PJ	(2.675)	(2.522)
Condução	(2.023)	(1.767)
Manutenção e reparos	(658)	(1.681)
Material auxiliar de consumo	(100)	(1.080)
Outros	(12.271)	(13.493)
	<u><b>(142.951)</b></u>	<u><b>(125.625)</b></u>
<b>Capacitar para Curar</b>		
Salários, benefícios e encargos sociais	(5.292)	-
Serviços de terceiros - PJ	(24.903)	-
INSS - Terceiros	(194)	-
	<u><b>(30.389)</b></u>	<u>-</u>
<b>Trabalho voluntariado</b>		
	<u><b>(98.773)</b></u>	<u><b>(31.016)</b></u>
	<u><b>(432.565)</b></u>	<u><b>(374.701)</b></u>

## 15 Despesas Administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
Salários	(152.486)	(93.459)
INSS - Empresa	(36.423)	(22.692)
Férias	(18.932)	(13.205)
PAT - Trabalhador	(18.014)	(11.763)
Assistência Médica	(20.373)	(11.272)
13º salário	(13.454)	(8.914)
FGTS	(13.875)	(8.645)
INSS - Terceiros	(10.059)	-
Outras Despesas	(30.316)	(30.473)
	<u><b>(313.932)</b></u>	<u><b>(200.423)</b></u>

## 16 Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	162.197	117.385
Outras	82	995
	<u><b>162.279</b></u>	<u><b>118.380</b></u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas bancárias	(5.762)	(6.063)
Outras	(372)	(14)
	<u><b>(6.134)</b></u>	<u><b>(6.077)</b></u>
	<u><b>156.145</b></u>	<u><b>112.303</b></u>

## 17 Renúncia fiscal

Em atendimento a Interpretação Técnica ITG 2002, a Associação apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurado nos exercícios de 2015 e de 2014 caso a obrigação legal devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não ter obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR em função de sua natureza ser de Entidade sem fins lucrativos.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
COFINS sobre receita	16.782	15.308
	<u><b>16.782</b></u>	<u><b>15.308</b></u>

Desta forma, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 como “Despesas Tributárias”, os montantes de **R\$ 16.782** e **R\$ 15.308**, respectivamente. A contrapartida foi registrada em “Receitas – Renúncia fiscal”.



A Associação não realizou estimativa da renúncia do Pis, pois entende-se que a legislação da Entidade sem fins lucrativos é bastante clara quanto a tributação com base na folha de pagamento à alíquota de 1%, portanto já devidamente registrado e pago mensalmente.

Com relação à COFINS, por estar a **Associação** qualificada como OSCIP, sua tributação é apurada no regime não cumulativo, portanto a alíquota de 7,60% assim procedido em 2015 e 2014.

O IRPJ e a CSLL no ano-calendário de 2015 e de 2014 devido ao déficit apurado não foi realizada a estimativa da renúncia fiscal de IRPJ e CSLL.

## **18 Cobertura de seguros**

A Associação contrata seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância, o valor e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, cujos montantes contratados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

\* \* \* \*